

ÉTICA NO ENSINO DE FILOSOFIA: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO JOVEM

Marcos Antônio Lorieri¹
(UNINOVE)

Há quase um clamor, nos dias de hoje, para que se discuta sobre valores morais que é o campo da Ética propriamente falando. Queixamo-nos de que as pessoas perderam de vista certos valores morais ou nos lamentamos dizendo que as pessoas não têm mais ética. O que isso quer dizer realmente?

Um primeiro passo é buscar esclarecimentos a respeito de termos como: **valores; valores morais; moral; ética.**

Tomemos indicações da Ética, área da Filosofia na qual este tema é investigado reflexivamente. A Filosofia é sempre requisitada nos momentos de crise, de “confusões”, de perplexidade. Estamos num destes momentos no tocante a vários aspectos da existência humana como sobre o que é ser gente; sobre o conhecimento; sobre o que é mesmo uma vida social boa e justa; sobre os valores em geral e, em especial, sobre os valores morais.

Dizemos que estamos numa época de crise de paradigmas, isto é, de crise de referências amplas, ou crise de modelos, dos quais nos servimos para abarcar significativamente nossas vidas e a realidade como um todo e dos quais nos servimos para orientar nossa maneira de agir.

Até que temos referências amplas a respeito do que é bom, justo, certo, correto, etc., mas temos muitas dúvidas no tocante a elas. Não só: muitas pessoas estão agindo em desacordo com tais paradigmas ou modelos. Isso

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1968), Mestrado em Educação (Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). Foi professor associado na PUCSP de 1974 a 2006. Atualmente é professor titular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho.

ocorre com pessoas quando agem em círculos restritos de suas vidas, como com pessoas que têm visibilidade e responsabilidades públicas.

Esta situação nos leva à necessidade de reflexão sobre assuntos que dizem respeito à Ética.

NOÇÃO DE VALOR/VALORES

Valor é toda relação de importância, de preferência, ou de não-indiferença que se estabelece entre o ser humano e objetos, fatos, situações, atitudes, comportamentos, etc..

Tal relação se estabelece quando avaliamos algo como importante, ou como nada importante; como preferível, ou como detestável; como bom, ou como ruim. Em resumo: como **não-indiferente**. “Algo” pode ser uma coisa, um objeto, um fato, uma situação, algum lugar, uma atitude ou comportamento. Valorar algo implica ter uma relação de não-indiferença na qual este algo é visto como tendo qualidades boas ou não boas para necessidades humanas. No caso das atitudes, por exemplo. Há aquelas que valoramos positivamente porque apresentam qualidades que atendem necessidades nossas. Nossas: tanto do ponto de vista individual, quanto do ponto de vista coletivo. Pensemos na atitude de alguém ser honesto. Nós valoramos positivamente tal atitude porque ela atende necessidades nossas. Nós a preferimos no lugar da atitude desonesta. A atitude desonesta deixa de atender nossas necessidades e até nos prejudica. Nós, então, a valoramos negativamente. Nós não a preferimos. O mesmo se pode dizer das atitudes de roubar e de não roubar; de matar e de não matar; de agredir e de não agredir; de ser solidário e de não ser solidário; e outras.

Em todos estes casos há **uma relação de não-indiferença** entre o ser humano e estas atitudes. Nós não ficamos indiferentes: **faz diferença** se alguém mata, ou rouba, ou é solidário, ou é honesto.

Os valores formam o conjunto que explicita nossas relações de não-indiferença, ou nossas relações de preferência ou não-preferência, estabelecidas com algo.

TIPOS DE VALORES

Interessam-nos, aqui, os valores morais. Eles dizem respeito às nossas preferências, ou não-preferências em relação às atitudes. Veremos melhor a seguir. Antes, porém, consideremos outros tipos de relações de preferência ou de não-preferência. Outros tipos de valores.

VALORES DE USO

Dizem respeito à nossa preferência, ou não preferência, para utilizar certos objetos tendo em vista finalidades práticas da vida. Preferimos um ferro elétrico para passar roupas e não um martelo. Um martelo para bater pregos e não uma faca. Ferro elétrico para passar roupas e não uma panela. Um lápis não serve para esta finalidade, mas vale positivamente para escrevermos.

Se analisarmos bem, esses objetos têm propriedades deles mesmos, que atendem a alguma necessidade nossa. Temos necessidade de bater pregos: martelos têm propriedades que permitem que os utilizemos (usemos) para esta finalidade. Há uma relação interessante aí: de um lado a necessidade do sujeito humano; de outro as propriedades do objeto que podem ser utilizadas para atender essa necessidade. O sujeito humano toma consciência da própria necessidade e das propriedades do objeto; estabelece uma relação entre sua necessidade e as possibilidades do objeto: uma relação de preferência no tocante ao uso do objeto. Ele valora positivamente o objeto. Mas não o valora positivamente para outras necessidades para as quais o objeto “não serve”, isto é, para as quais não dispõe de propriedades. Nesse caso ele o valora negativamente. Valoração, tanto positiva, quanto negativa, é o que dizemos ser uma relação de não-indiferença. Não havendo valoração positiva ou negativa, há então indiferença.

VALORES ECONÔMICOS

Dizem respeito à valoração econômica, isto é, à possibilidade de um determinado objeto ter uma apreciação em relação a outro propiciando uma comparação que leve a uma troca. A troca de um objeto ou por outro implica comparação entre suas propriedades em relação a necessidades humanas. Daí nascem as relações comerciais. Nelas os objetos transformam-se em

mercadorias. Passam a ser apreciados positivamente ou negativamente pelo que valem, ou pelo peso que têm nas trocas (no comércio) entre si. Passam a ser valorados economicamente.

VALORES RELIGIOSOS

Dizem respeito a apreciações, a escolhas, a preferências feitas com base em razões de ordem religiosa. Certos objetos, ou lugares ou atitudes são valorados positiva ou negativamente em função dessas razões religiosas. Daí se dizer de algo que é sagrado ou profano. Ou de atitudes que são piedosas ou não piedosas. Ou ímpias.

VALORES AFETIVOS

Dizem respeito a relações de não-indiferença que estabelecemos com qualquer coisa, pessoa, lugar, etc., por razões afetivas. Porque as ligamos aos nossos afetos: ou de bem querença, ou de aversão. Ou porque as amamos ou odiamos, ou porque nos remetem a relações amorosas ou de ódio.

VALORES MORAIS

Valores morais são aqueles que dizem respeito às atitudes, aos comportamentos, às maneiras de agir. É no campo filosófico da **Ética** que são estudados. Assim como é nesse campo que são estudados os princípios e os critérios que utilizamos para valorar positivamente ou negativamente as maneiras de agir. O conjunto das normas do agir decorrente dos princípios, dos valores ou dos critérios elaborados pela reflexão ética, é o que se pode denominar de **Moral**.

A valoração envolve julgamentos ou juízos. **Juízo** é toda afirmação que fazemos a respeito de algo. As afirmações que fazemos dizendo o que algo é, como é e porque é, são denominadas de “afirmações de fato”, ou de **juízos de fato**. As afirmações que fazemos avaliando, apreciando, atribuindo importância ou preferência são denominadas de **juízos de valor**. A segurança quanto à possível verdade de um juízo depende dos argumentos que os sustentam. Os argumentos são buscados em processos de investigação que

devem ser rigorosos tanto na busca das provas, quanto na maneira de buscá-los, isto é, nos procedimentos, no método de pesquisa.

ÉTICA/ MORAL

Em alguns entendimentos há uma identificação entre Ética e Moral. Defendo uma diferenciação entre os dois termos e sua estreita relação. Consideremos o seguinte texto de Vazquez :

Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos) mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e do seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente, na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos. (VAZQUEZ, 1980, p. 7)

5

Ética, neste sentido, diz respeito à investigação sobre as condutas humanas, sobre as regras utilizadas para orientar tais condutas e sobre os princípios e critérios que são utilizados como referências para as regras de conduta.

No campo da Ética são colocados em discussão os critérios, os princípios, as normas, os valores de onde se parte para definir regras de conduta e, por conseqüência, condutas que devem ser consideradas boas e as que não o devem ser. Além disso, investiga-se sobre o próprio fato da moralidade, isto é, o fato de existir moral ou “morais”. Quando falamos de Ética estamos falando de algo mais amplo, mais geral, mais profundo, que deve ser levado em conta na definição das regras de conduta num determinado tempo e lugar e na definição do que fazer.

Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 14/03/99, Caderno Mais, Marilena Chauí diz :

... “ética” é aquela parte da Filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética.

(...)

A ação ética é balizada pelas idéias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo.

Lipman oferece entendimento igual quando diz:

A ética é um ramo da Filosofia que busca entender a conduta moral. Representa uma investigação objetiva e imparcial de problemas e situações morais. Seu objetivo não é doutrinar, mas sim ajudar as pessoas a entenderem, mais claramente, quais são as opções morais e como tais opções podem ser avaliadas criticamente. (LIPMAN e SHARP, 1995, p.1)

6

No livro: *A Filosofia vai à Escola* ele reitera esse entendimento:

Embora os valores morais representem apenas uma categoria de valores entre muitas, seria difícil negar que a ética é a área mais crucial para a educação de valores.

A ética, um dos principais ramos da Filosofia, é considerada a teoria da conduta moral. Isto é, a conduta humana está sujeita a um tipo de apreciação, a que chamamos moral, que resulta em determinados tipos de conduta as quais denominamos de melhores, piores, erradas, boas, ruins, etc. A ética representa a tentativa filosófica de examinar as bases racionais de tais estimativas e de delinear teorias que, entre outras coisas, sugerissem modos em que princípios éticos pudessem vir a auxiliar as condições morais da vida humana. (LIPMAN, 1990, p.

Partindo da posição explicitada acima e em consonância com o que pensam os autores citados pode-se dizer, em síntese, o que entender por Moral e por Ética.

Moral é o conjunto de regras de conduta de uma sociedade qualquer. Regras que indicam o que se deve fazer (porque preferível, ou mais valioso) e o que não se deve fazer (porque não preferível, ou não valioso): o que importa e o que não importa, em termos de atitudes. Este conjunto de regras indica o que já foi julgado certo ou errado em termos de atitudes ou de comportamentos. É o resultado do ajuizamento feito relativamente ao como agir.

Mas, quem fez tal ajuizamento? Quem julgou quais atitudes seriam consideradas boas ou más? Que princípios deram base para tal julgamento?

Quando fazemos tais perguntas nossas indagações vão **além da moral**: propomos a nós mesmos uma reflexão sobre os fundamentos, sobre as razões, sobre os princípios de que se partiu para se ter tal moral. E mais: queremos saber se os princípios, as razões, os fundamentos, são garantidos com que fundamentação.

Ética é o nome que damos a este esforço investigativo a respeito dos princípios, das razões, dos fundamentos de toda e qualquer moral.

Ética é, também, o conjunto das reflexões, e dos seus resultados, que se expressam em doutrinas éticas, bem como é o conjunto dos estudos que buscam compreender as várias doutrinas éticas e as razões de suas diferenças.

É também, o esforço que todos podemos e devemos fazer para compreender as regras morais que temos, se são suficientes ou não, se são adequadas ou não, e, se não o são, que outras regras precisamos ter.

É, ainda, a reflexão que devemos fazer sobre a necessidade, ou não, de haver regras de conduta. Adotar simplesmente regras de conduta já dadas no nosso cultural, sem que tenhamos atentado suficientemente para os seus fundamentos, significa adotar uma moral, sem atenção aos princípios que a justificam. Significa aceitar regras sem justificativas claras. Significa deixar que outros imponham regras para nossas condutas. Significa renunciar à nossa autonomia moral.

É fundamental que as pessoas estejam atentas às razões pelas quais aderem a certas regras morais e sejam capazes de um exame crítico de tais razões. Neste sentido a reflexão filosófica é de grande valia. Os princípios, os valores,

conforme dito acima por Chauí, “balizam o campo de uma ação que se considere ética”. É imprescindível que estas balizas sejam bem avaliadas.

PAPEL FORMATIVO DA INVESTIGAÇÃO ÉTICA

Este é o convite do filosofar que é proposto a todas as pessoas para que o façam constantemente e costumeiramente. Tal exercício do filosofar deve ser proposto às crianças e aos jovens como forma de habituá-los a este necessário processo de reflexão sobre as “razões de fundo” que temos para tudo o que fazemos e pensamos. E, se não as temos com clareza, que as investiguemos, pois, há sempre razões presentes nas regras, orientações e determinações relativas à nossa maneira de agir. É necessário que as identifiquemos e que as coloquemos sob a mira de um pensamento reflexivo, crítico, rigoroso, profundo e abrangente. Ou seja, sob a mira do pensamento filosófico.

Temos abdicado, irresponsavelmente, desta tarefa profundamente humana que é a da reflexão sobre os sentidos, ou sobre as significações de nossas vidas e de nossas condutas. E temos abdicado do esforço de convidar crianças e jovens a realizar esta reflexão. As significações são referências necessárias: talvez, por não estarmos envolvidos na busca e na decisão a respeito delas, é que estejamos, hoje, nesta situação de crise de referências.

Reclamamos que os jovens “estão perdidos”; dizemos que a sociedade perdeu o rumo; afirmamos não saber o que fazer com nossos alunos que “não querem nada”.

Talvez valha perguntar aos educadores e futuros educadores: Como temos nos empenhado no nosso papel de “convidadores” para a busca reflexiva das referências? Parece que temos sido coniventes com algumas decisões, por exemplo, que ocorrem no sistema educativo escolar. Nele têm sido eliminadas com muita facilidade, dos currículos, as disciplinas que convidam à reflexão, especialmente a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a História, a Geografia, a Literatura. Temos deixado que o trabalho com a língua materna, com a matemática, com as ciências naturais, seja um trabalho apenas instrumental a serviço de uma preparação apenas para o “mercado de trabalho”. Esquecemo-nos que o grande e importante “mercado”, no qual as pessoas se realizam, é aquele das trocas ou das relações humanas que têm enorme peso na sua construção como pessoas. E o que fazemos?

Temos todos, especialmente pais e educadores profissionais, que nos dedicarmos a momentos de profunda reflexão sobre as referências que estão implicadas no nosso modo de agir para avaliá-las seriamente e para, se for o caso, reformulá-las. E temos que ser capazes de convidar e de interessar as novas gerações para este esforço reflexivo.

A reflexão profunda e consistente sobre os princípios e os valores que são a referência das regras de conduta, é o esforço da Filosofia Moral ou da Ética.

É a partir deste esforço reflexivo que podemos avaliar da pertinência, ou não, de uma regra de conduta a tal ou qual princípio. Trata-se de uma avaliação ética. Uma coisa é a avaliação moral: verificar se uma conduta está, ou não, de acordo com uma determinada regra de uma determinada moral. Outra coisa é uma avaliação ética: verificar se uma ou mais regras de uma determinada moral está, ou estão, de acordo com os princípios éticos assumidos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme foi dito acima, é necessário envolver crianças e jovens no esforço de reflexão sobre as razões das regras de conduta, pois, apenas oferecer-lhes regras prontas não basta. Só assim poderemos esperar que eles as adotem por convicção própria.

Há, obviamente aí, um risco: o da rejeição das regras por falta de boas razões. Mas é um risco saudável: se não há boas razões para certas regras, estas regras não devem mesmo ser aceitas e, em seu lugar deve haver outras. Este é um exercício na direção da tão proclamada e desejada autonomia moral. Mas, ela é possível? O que entender por autonomia moral e seu contrário, a heteronomia moral?

Vejamos algumas considerações.

a) Autonomia.

Situação de quem recebe comunicados a respeito de regras de conduta já existentes na sociedade da qual faz parte e, ao mesmo tempo, escuta as razões, os critérios, os princípios, a partir dos quais tais regras foram adotadas e, ao mesmo tempo também, é convidado a se pronunciar a respeito, tomando decisão pessoal de adesão, ou não, a tais regras.

É a capacidade das pessoas “se darem”, por si mesmas, as regras de conduta, ou de aceitarem, a partir do próprio entendimento e convencimento, regras de conduta já existentes na sociedade. A palavra autonomia, de origem grega (autós = eu mesmo e nomia = regras, regulação), pode ser entendida com este significado.

b) Heteronomia.

Situação de quem recebe comunicados a respeito de regras de conduta já existentes na sociedade da qual faz parte e as aceita passivamente, sem buscar sequer entender as razões de tais regras.

Se alguém apenas recebe comunicados a respeito de regras que deve obedecer e acata passivamente tais regras, ele está se subordinando moralmente a outra pessoa ou a outrem. Este pode ser o significado da palavra heteronomia, também de origem grega (hetero = outrem e nomia = regras, ou regulação).

c) Daí, dois tipos de educação moral.

A Educação Moral que comunica as regras de conduta, mas que, além disso, apresenta as razões das regras e convida crianças e jovens a dialogar a respeito delas manifestando seu entendimento, sua concordância, ou não, relativamente às mesmas. Esta é uma educação voltada à autonomia moral.

A Educação Moral que comunica as regras de conduta exige e vigia para que sejam cumpridas e nem explicita e discute os motivos ou as razões das referidas regras. Esta é uma educação pautada na heteronomia moral.

Com qual tipo de educação moral queremos trabalhar com nossas crianças e jovens? Qual dos dois apresenta um caráter formativo positivo, na nossa avaliação?

São questões que, como educadores temos necessidade de nos colocarmos. Como muitos filósofos e educadores o fizeram.

PRESENÇA DESTE TEMA NAS OBRAS DOS FILÓSOFOS, AO LONGO DA HISTÓRIA

Impressiona a quantidade de obras produzidas ao longo da história do pensamento humano sobre o tema da moral e da ética. Além da quantidade, a

recorrência das preocupações aí presentes que são muito semelhantes às colocadas por nós, nos dias de hoje.

Platão (427–347 a.C.) o faz em vários de seus diálogos. Aristóteles (384-322 a.C.) dedica uma obra ao assunto: *Ética para Nicômaco*. Estóicos e Epicuristas, já no início de nossa época, tratam do tema. O mesmo o fazem Agostinho (354-430) e Tomás de Aquino (1226-1274). Só aí já temos mais de mil e setecentos anos de história e de registros escritos em que a preocupação com ética e moral aparece. E mais: preocupação com a educação moral das pessoas. Na Época Moderna a produção é abundante, a respeito. Descartes (1596-1640) nas *Meditações Metafísicas*, trata do certo do errado e, no *Discurso do Método* trata da moral provisória. Spinoza (1632-1677) tem uma obra inteira, *Ética*. Assim como Hume (1711-1776) escreve *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Kant (1724-1804) trata do tema de maneira exaustiva. Obras como *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *Crítica da Razão Prática e Metafísica dos costumes*, mostram o quanto se dedicou ao assunto. Nietzsche (1844-1900) tem famosas reflexões sobre moral e ética. Obra mais conhecida: *Genealogia da Moral*. Mais recentemente, outros pensadores como Foucault (1926-1984), Habermas que escreve *Consciência Moral e agir comunicativo*, Adolfo Sánchez Vázquez, que escreve *Ética e* Fernando Savater que escreve *Ética para meu Filho* (2001). Por este rápido panorama vê-se que a preocupação com o tema perpassa mais de dois mil e quinhentos anos de história da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

BIAGGIO, A.M.B. Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo. Moderna, 2002.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo. Ática, 1994.

LIPMAN, M. A Filosofia vai à escola. São Paulo. Martins Fontes, 1990.

LIPMAN, M. e SHARP, A. Luísa: manual do professor – “Investigação ética”. São Paulo. Difusão de Educação e Cultura, 1995.

LORIERI, M. A. Filosofia: fundamentos e métodos. Filosofia no Ensino Fundamental. São Paulo. Cortez, 2002.

_____ e RIOS, T. A. Filosofia na escola: o prazer da reflexão. São Paulo. Moderna, 2004.

- OLIVEIRA, M. A. Ética e Sociabilidade. São Paulo. Loyola, 1993.
- PUIG, J. M. A construção da personalidade moral. São Paulo. Ática, 1998.
- RIOS, TEREZINHA A. Ética e competência. São Paulo. Cortez, 1993
- SAVATER, F. Ética para meu filho. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- _____ Política para meu filho. São Paulo. Martins Fontes, 1996.
- SUNG, J.M. e SILVA, J.C. Conversando sobre ética e sociedade. Petrópolis. Vozes, 1995.
- TAILLE, Y de la. Limites: três dimensões educacionais. São Paulo. Ática, 1999.
- VASZQUEZ, A.S. Ética. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.